

universidade do minho
núcleo de estudos em sociologia

actas de encontros em sociologia

organizadores
Ana Maria Brandão
Ana Paula Marques
Emília Rodrigues Araújo

formas identitárias e modernidade tardia



Braga, Maio de 2004

Título: ACTAS DE ENCONTROS EM SOCIOLOGIA

Organizadores: Ana Maria Brandão
Ana Paula Marques
Emília Rodrigues Araújo

Edição: Núcleo de Estudos de Sociologia da Universidade do Minho,
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Preço: 5,00 €

Design e Impressão: Sublinharte, Lda. – Agência de Comunicação
Rua José Maria Ottoni, 3 – 4710-184 Braga
Tel: 253 679613 • Fax: 253 679 614
e-mail: info@sublinharte.com • www.sublinharte.com

Tiragem: 1000 exemplares

ISBN: 972-9071-85-3

Índice

NOTA BIOGRÁFICA DOS AUTORES.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA	
Formas identitárias e modernidade tardia.....	7
KEN PLUMMER	
The flow of boundaries in a late modern world: The case of gays, queers and intimate citizenship.....	25
PEDRO VASCONCELOS	
Categorização, Identidade e Sexualidade: notas sobre a dominação	51
CARMEN LECCARDI	
Time and gender: Post-traditional life plans.....	71
ANA PAULA MARQUES	
Percursos e estratégias de inscrição identitárias de jovens diplomados.....	85

NOTA INTRODUTÓRIA

Formas identitárias e modernidade tardia

O mundo social caracteriza-se por lutas travadas entre agentes sociais onde estão em causa sistemas de classificação da realidade de tipo dual. Recorremos à classificação ou categorização da realidade envolvente na tentativa de a tornarmos previsível, objectivando-a. Ao mesmo tempo, a produção desses sistemas de classificação que são, portanto, sistemas de organização, serve também como um instrumento de auto e hetero-identificação, definindo as fronteiras entre pertença e não pertença, simultaneamente reflectindo e (re)produzindo as divisões sociais. Existir socialmente implica, pois, ser-se considerado como membro de determinada categoria social. O dilema da identidade joga-se, precisamente, entre um sentimento de diferença, de se ser um ser único e distinto de todos os outros, mas que, ao mesmo tempo, também nos aproxima de algumas pessoas e nos afasta de outras.

Os sistemas de classificação da realidade pressupõem uma certa visão da ordem do mundo. Neles estão contidos princípios de que nos servimos para antecipar a conduta, nossa e dos outros com quem interagimos. A aquisição deste conhecimento processa-se desde a mais tenra idade e de uma forma que é, na maior parte das vezes, não consciente. Aprendemos, assim, o que fazer, o que se espera de nós e o que podemos esperar dos outros, modelamos a nossa conduta e modelamo-nos a nós próprios. Desde que nascemos, aprendemos o que significa ser mulher ou homem, filho ou pai, estudante ou trabalhador. Assumimos para nós próprios e tornamo-nos naquilo que na nossa sociedade e na nossa cultura se entende ser cada uma dessas coisas. Assim, as nossas formas de ser e de agir, conformando-se, em maior ou menor grau, às categorias sociais preexistentes, transmitem aos outros os indícios que lhes permitem situar-nos do ponto de vista social. O que não caiba num qualquer sistema de classificação, o que não seja passível de corresponder a determinadas sequências de acção previstas e previsíveis, gera a confusão, a surpresa, eventualmente a incapacidade de lidar com a novidade pela ausência dos referentes que a permitem ler e interpretar.

Este problema, que é o problema da manutenção da ordem, encontra-se no âmago das primeiras teorias sociológicas da realidade social. De certa forma, ele permanece como central na medida em que, sem ordem, não é sequer possível equacionar a existência de uma sociedade e esta constitui, no fundo, o objecto de análise da própria Sociologia. A questão da ordem ou, se preferirmos, da reprodução social acaba, portanto, por estar presente em toda a teoria sociológica, sobretudo porque ela surge aos nossos olhos como o traço mais marcante da existência social. Este pressuposto encontra-se presente quer nos centremos na análise da interacção social, desenvolvida a partir dos trabalhos dos interaccionistas e, em particular, da obra de Goffman (1974, 1989), quer nos centremos na estrutura social considerando as teses de Durkheim (1984a, 1984b) e as mais contemporâneas, como sejam as de Bourdieu (1998b, 1989) e de Giddens (1997, 1992, 1984) para citar apenas alguns autores.

Na verdade, estrutura e interacção estão sempre presentes em qualquer fenómeno social pois a interacção só se torna possível pelo recurso a elementos estruturais. São estes que enformam toda a interacção, ainda que nesta intervenham aspectos não controlados (e não controláveis) que podem fazer variar o seu desfecho (cf. Strauss 2002). Neste sentido, os sistemas de classificação desenvolvidos pelos agrupamentos humanos servem para orientar a conduta e evitar a imobilização provocada por uma ignorância absoluta do que possa estar prestes a acontecer. Eles são instrumentos que dotam o meio de uma certa estabilidade e previsibilidade precisamente porque permitem classificar os objectos e as situações. Como sublinha Strauss, essa classificação "fornece uma directiva para a acção, como se o objecto anunciasse directamente «Dizes que eu sou isto, então age em relação a mim de forma adequada»" (Strauss, 2002: 24) e é, precisamente, essa capacidade de respondermos "adequadamente", isto é, dentro dos parâmetros socialmente estabelecidos, que garante a (re)produção da ordem vigente.

Os processos de categorização social tendem a organizar-se em sistemas bipolares (cf. Bourdieu, s.l.): homem/ mulher, médico/ paciente, pai/ filho. A cada um dos pólos correspondem papéis, atributos, modos de agir, pensar e sentir particulares e característicos, embora com uma certa variação permitida pelo

próprio contínuo assim criado. A confusão é gerada pela presença de atributos, comportamentos, traços, etc., que não cabem na definição das situações (e/ ou das pessoas) que fazemos, produzindo a desordem (social), contradizendo as nossas expectativas, porque se constituem como "anomalia" pela ambiguidade que apresentam. O que cabe nessas expectativas está dentro da ordem das coisas. Tudo o que as frustra põe em causa a ordem, está num espaço que não lhe compete, e, portanto, é preciso recolocá-lo no seu espaço próprio para que tudo possa ser como antes – organizado, limpo, ordenado, previsível (cf. Douglas, 1994). Se isto não acontece, ou se não sabemos como fazê-lo, ocorrem dificuldades de comunicação e a interacção é dificultada ou torna-se mesmo incompreensível.

Existir socialmente implica, assim, que sejamos capazes de assumir os papéis "adequados" a cada situação, mas também às características que exibimos e que os outros podem captar de forma mais directa. Objectivamente, tudo aquilo que não caiba num dos pólos de um sistema de categorização é relegado para o plano da não existência. Somos homens *ou* mulheres, crianças *ou* adultos. Não nos é permitido ser ambas as coisas ao mesmo tempo, e isto torna-se claro quando os outros procuram fazer com que encaixemos numa dessas categorias, "corrigindo-nos". No normal decurso dos acontecimentos, todavia, somos nós próprios que evitamos ter que ser corrigidos, conformando-nos às normas, aos valores e às expectativas sociais, ou, pelo menos, procurando fazer com que os outros pensem que nos conformemos a elas.

Neste quadro torna-se, por vezes, difícil pensar a própria possibilidade da mudança. A realidade surge aos nossos olhos como algo organizado, ordenado, com um significado intrínseco. A socialização garante que encaremos a realidade social de determinada forma, que tenhamos acerca dela ideias plausíveis num leque de opções previamente definido. Porém, uma ordem social nunca é um sistema coeso e absolutamente integrado. A perspectiva da fenomenologia é, aqui, central na medida em que tenta equacionar o que acontece nesses interstícios, no contacto com aquilo que se situa entre universos (ou sub-universos) diferentes (cf., e.g., Berger; Luckmann, 1989). Embora existam mecanismos diversos que operam no sentido de garantir a aparente coesão de instituições e realidades conflituais – o que será

tanto mais óbvio quanto mais complexas forem as formações sociais -, qualquer sociedade contém, no seu seio, universos de sentido diversos, instituições contraditórias, visões do mundo diferentes. Mais do que isso, os seres humanos são detentores de uma consciência reflexiva que impõe "uma certa lógica à sua experiência das diversas instituições" (Berger; Luckmann, 1989: 83), facto demasiadas vezes esquecido pelos próprios sociólogos que tendem a relegar para o plano do senso comum e da mera ausência de objectividade científica a vivência dos próprios indivíduos e o modo como experimentam a realidade em que se movem.

A consciência reflexiva do ser humano e o próprio contacto com tais universos (geralmente presente, sobretudo, a partir do que se designa comumente como "socialização secundária") abrem espaço para uma certa margem de autonomia porque nos mostram a possibilidade de escolha e, portanto, permitem a ocorrência de processos de mudança. Assim, a insustentabilidade do conflito entre mundos e visões do mundo "força" o indivíduo a agir no sentido da transformação da realidade ou das relações sociais em que se move e que sustentam essa realidade, o que pressupõe, desde logo, a eventualidade da transformação da própria realidade objectiva. Isto significa que a (re)produção de determinada ordem social implica sempre a nossa participação activa e que possuímos sempre liberdade de escolha estando esta necessariamente associada a uma nova definição da realidade. Neste sentido, "O não reconhecimento e a contra-definição das normas sociais são sempre potencialmente revolucionárias" (Berger: 1986: 146) precisamente porque é a partir do momento em que passamos a ler a realidade de forma diferente, em que se concebe um modelo alternativo, que podemos projectar vias alternativas de acção.

Este processo que permite conceber e explicar a mudança social, a alternativa à ordem estabelecida, é o mesmo processo que permite conceber e explicar o aparecimento de sistemas diferentes de classificação social. A recusa das definições identitárias estabelecidas, a procura de formas diferentes de nos definirmos e, portanto, de nos situarmos do ponto de vista social, só são possíveis pelo reconhecimento e pela recusa do que nos "cabe". As formas identitárias, adoptadas e atribuídas no decurso da nossa

actividade quotidiana, são o resultado, a cada momento, das lutas face aos sistemas de categorização instituídos, quer no sentido da sua aceitação, quer da sua recusa. A criação de categorias sociais – no caso, de definições identitárias – é uma forma de procurar marcar/ criar, por um lado, semelhanças (entre os que cabem sob a designação defendida) e, por outro, distâncias e distinções (entre os que adoptam ou aos quais são aplicadas diferentes designações). As lutas travadas pela definição identitária são, por isso, também lutas políticas e ideológicas apostadas na imposição de "uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão" que lhes são mais favoráveis (Bourdieu, 1989: 113). Os grupos envolvidos pretendem, assim, contribuir para a modificação da estrutura do mundo através da modificação da estruturação da percepção que os agentes sociais têm do mundo (Bourdieu, 1998: 89).

Nas sociedades tradicionais, a delimitação das categorias sociais apresenta-se mais rígida, os contornos de cada uma delas são mais claros, eventualmente, até, alvo de regulamentação formal. Porém, na modernidade tardia as fronteiras parecem esbater-se, a pluralidade de identidades que assumimos parece ser maior, mais diversa, muitas vezes mais conflitual (cf. Giddens, 1997). A questão da individualidade e da liberdade individual, a possibilidade de nos (re)fazermos de múltiplas formas e do modo que, aparentemente, mais nos agrada, a procura de um caminho próprio e de uma unicidade absoluta, parecem estar na ordem do dia. Todas as mensagens que recebemos, incluindo as publicitárias, apelam a isso mesmo – a que sejamos "nós próprios", a que procuremos a distinção, e, também, a "autenticidade", enfim, a nossa própria verdade¹. Mas, nessa espécie de *patchwork* a que podemos comparar a busca de nós próprios e que se propaga como uma espécie de elegia à liberdade individual, o surgimento de identidades a que poderíamos chamar polimorfos traz à

¹ A obra de Baudrillard (1991) é, a este título, exemplificativa pela ironia com que discute a relação entre a lógica de funcionamento de um sistema (capitalista) cuja sobrevivência assenta na produção contínua e em massa e, portanto, na estimulação do consumo, e o apelo que faz à procura da individualidade, da distinção, da sua "verdadeira" identidade. O indivíduo encontra-se preso numa espécie de teia da qual não consegue sair, acreditando satisfazer os seus desejos mais íntimos e únicos sem se aperceber de que, de facto, é um entre milhões de seres humanos para os quais os elementos "distintivos" são produzidos de forma massificada...

boca de cena, por um lado, e tomando o ponto de vista do próprio indivíduo, o problema da afirmação e do reconhecimento sociais, e, por outro, e do ponto de vista do sociólogo, o problema da adequação dos velhos conceitos e metodologias de investigação a estas novas realidades.

Foi este quadro que serviu de pano de fundo às interrogações que conduziram à realização, em Novembro de 2003, pelo Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, de um Ciclo de Seminários subordinado ao tema "Formas Identitárias e Modernidade Tardia". Pretendíamos, então, discutir o que acontece, a todos aqueles que não encaixam numa das categorias polares, assim como esboçar linhas de experiência, de observação e de organização do mundo com um carácter mais fluído e menos centrípeto em que as "classificações" e as "formas" apareçam como extremos de um mesmo contínuo. Como se vive na fronteira de duas margens? O que significa, para si e para os outros, estar entre, a meio caminho de? Como é experimentada a não pertença, a não definição, a não existência social? Que estratégias são desenvolvidas pelos agentes nessas circunstâncias e que estratégias são desenvolvidas pelos sistemas sociais para lidar com os que não cabem nos sistemas de classificação oficiais? Como lidar com estas "não categorias" quando elas parecem cobrir um número crescente de indivíduos?

Intimidade e Cidadania

O primeiro seminário tomou como ponto de partida, precisamente, a relação entre "Intimidade e Cidadania". As questões da sexualidade, abordadas nas intervenções apresentadas nesta primeira sessão, têm-se erigido cada vez mais como centrais nas nossas sociedades, tendo vindo a ser progressivamente assumida como a chave para o conhecimento do sujeito. As teses construtivistas defendem, sob a incontornável influência do pensamento de Foucault (1994), que a ideia segundo a qual a identidade está intimamente ligada às formas assumidas pela sexualidade, a ideia de que os seres humanos se distinguem intrínseca e ontologicamente pelas suas preferências em termos de objecto sexual, é uma ideia datada. Assim, não poderíamos falar na existência de

homossexuais, heterossexuais, bissexuais, tal como hoje entendemos estes termos a não ser a partir do momento em que este sistema específico de categorização é criado. Por outras palavras, o "nome" não só designa e distingue a "coisa", como a cria, dá-lhe uma existência real e específica que anteriormente se encontra ausente. Domínio central da nossa existência, a sexualidade constituiu-se progressivamente como domínio central de lutas de poder, sobretudo entre aqueles que se encontram à margem, na periferia, no espaço da "desordem", leia-se, daqueles que caem fora dos padrões dominantes do seu exercício. De entre aquilo que se convencionou chamar os novos movimentos sociais, o movimento Lésbico, Gay, Bissexual e Transexual (LGBT) tem sido frequentemente apontado como um dos mais dinâmicos e com maior capacidade de afirmação pública e política (aqui entendida no seu sentido mais lato). Aceitando inicialmente as teses construtivistas (e, também, as teses feministas²), precisamente pelo seu carácter revolucionário, rapidamente estes actores sociais se apercebem da dificuldade de criarem uma "existência" pública, de serem considerados como cidadãos de pleno direito sem passarem pela institucionalização de uma identidade que constitui uma consagração do direito à existência (Bourdieu, 1998: 113). Mas, ao organizar o seu discurso em torno da identidade homossexual no sentido da sua institucionalização, o movimento *gay* e lésbico contribuiu igualmente para a sua naturalização. A homossexualidade surge mais como diferença real do que como limite arbitrário, o que sublinha a conflitualidade (nalguns casos, o divórcio) entre uma produção científica de teor predominantemente construtivista e um activismo político apostado sobretudo na institucionalização de uma categoria distinta de pessoas. Neste sentido, concordamos com aqueles autores, de entre os quais Bourdieu (s.l.: 129-134) e Castells (1998: 202-206), que sublinham a importância do movimento LGBT pela sua contribuição para a reconsideração, reformulação e apuramento das nossas categorias de análise da realidade, para já não falar nas transformações políticas e sociais desencadeadas.

Nesta primeira sessão de seminários, a intervenção de Plummer sublinha, precisamente, a importância dos sistemas de

² Cf. a este propósito, Castells, 1989.

classificação que estabelecem fronteiras e determinam o que (e quem) está "dentro" e "fora". A tônica desta comunicação pretende, porém, sublinhar a ideia da não imutabilidade das sociedades: essas fronteiras são móveis e o que está "fora" pode vir a estar "dentro" ou, pelo contrário, recusar-se a fazê-lo no intuito de fazer implodir o próprio sistema, esvaziando-o de conteúdo e pertinência. Concentrando-se na questão das identidades lésbicas, homossexuais e *queer*, o autor discute, precisamente, a tensão existente e não resolvida entre, por um lado, o reconhecimento da dimensão construída das identidades, dos modos como, progressivamente, se foram definindo o centro (a heterossexualidade) e as margens (todas as outras formas de orientação sexual), e a consequente defesa de uma identidade que não encaixa em nenhuma definição estrita, mas antes assume a defesa da pluralidade, do polimorfismo, da diversidade, e, por outro, a aposta numa definição identitária clara, com fronteiras definidas e distintas, que se assume como ponto de confluência de interesses, como base a partir da qual é possível reclamar o acesso ao centro (leia-se, aos mesmos direitos dos que se encontram no centro).

Sob o impulso fundamental das transformações que tiveram lugar nas sociedades economicamente desenvolvidas a partir dos anos 60 do século XX, o movimento LGBT foi capaz de produzir, em relativamente pouco tempo, alterações sociais e políticas significativas (cf. Castells, 1998). Essa espécie de reificação identitária, isto é, a tônica na *diferença* como elemento constitutivo e aglutinador do grupo, tem produzido uma intervenção política capaz de pôr em movimento uma série de mudanças nos modos de vida e no exercício dos direitos de cidadania sobretudo das lésbicas e dos gays através do reconhecimento público da sua existência e do seu direito à existência enquanto grupo. Mas trouxe também a definição de novos limites, de alguma forma procurando forçar à "definição" todos aqueles que a não pretendem ou que com ela não se identificam. A título de exemplo, veja-se a ideia da distinção entre os que "se assumem", definindo-se como homossexuais, e os que "não se assumem", não se definindo como tal, ainda que desenvolvam práticas homossexuais, com a consequente avaliação daqueles como estando do lado "certo" e destes como estando "enganados", em fase de "recusa", ou mesmo como sendo "traidores" da causa. A dificuldade corrente e notória de

muitos gays e lésbicas lidarem com aqueles que se definem como bissexuais é exemplificativa do modo como cada nova redefinição do "centro" produz outras "margens".

A abordagem *queer*, abordada nesta comunicação, mostra uma das mais recentes lutas pela alteração dos sistemas de classificação com base nas práticas sexuais. Nascida nos países anglo-saxónicos, e nomeadamente em círculos académicos, a aposta da teoria *queer* (que parece pretender redireccionar o movimento LGBT) vai no sentido de recusar uma definição estrita das identidades (sexuais) precisamente pela recusa de um rótulo unificador assente numa preferência sexual particular. Pretende-se, portanto, chocar, invectivar, salientar o polimorfo, o incongruente, o elemento "anómalo", e mantê-lo assim mesmo: inclassificável. No fundo, centra-se na defesa da liberdade de ser como se queira ser, no questionamento e na destruição das próprias classificações, no esvaziamento do seu conteúdo pela demonstração da sua dimensão histórica e cultural. As suas virtualidades, porém, parecem contradizer aquilo que sabemos sobre o funcionamento das sociedades na medida em que a ausência de uma definição corresponde à ausência de existência. A proposta *queer* é, assim, frequentemente acusada de não possibilitar a mobilização contra a discriminação precisamente pela ausência do elemento aglutinador, seja ele a defesa de uma identidade ou de uma comunidade de interesses. A intervenção de Plummer concentra-se especialmente na questão da fluidez das fronteiras, na sua deslocação, mas não deixa de reconhecer que o destruir de uma fronteira implica a construção de outra. Sublinha, todavia, a importância e a realidade do alargamento da extensão do centro, mostrando como, apesar dos constrangimentos estruturais, os indivíduos se podem assumir verdadeiramente como actores, dotados de vontade própria e capazes de influenciarem o seu tempo, a sua cultura e a sua sociedade.

A discussão proposta por Vasconcelos, por sua vez, sublinha a dimensão construída das identidades – em particular, das identidades homossexuais –, porém mostrando como elas se tornam realidade para os próprios sujeitos assim classificados, e, sobretudo, como essa reificação se constituiu como necessária à sua afirmação social. Pois como é possível travar um combate sem (re)conhecer o seu lugar de dominado, sem que essa dominação

seja sentida, e, sobretudo, sem que se tenha consciência daquilo porque se combate? A mobilização política só parece ser possível quando os actores se constituem como categoria particular com base na qual é possível afirmar a própria existência social, mas, ao mesmo tempo, as fronteiras da categoria assim criada e torna-da real constituem-se como limites, como barreiras que encerram e já não libertam, que produzem novos excluídos e que nunca aceitam como absolutamente iguais aqueles a quem, nalguns aspectos, passa a ser permitida uma certa proximidade ao "centro". Esta comunicação mostra-nos, por isso, o reverso da meda-lha: como uma ordem social, apesar das mudanças operadas no seu seio, mantém, ainda assim, uma certa divisão do campo (no sentido de Bourdieu), garantindo a reprodução da sua lógica de funcionamento.

Este debate sobre as formas de classificação social (onde se incluem as formas identitárias) é, por isso, também um debate sobre a possibilidade da liberdade: para a alcançarmos, para podermos exercer, de facto, os nossos direitos de cidadania, é necessário que surjamos como membros de uma categoria socialmente reconhecida, com capacidade de intervenção, enfim, como actor colectivo. Mas esse jogo que faz mover as delimitações categoriais parece operar também, e simultaneamente, como factor de limitação da liberdade – assumirmo-nos como homossexuais implica, entre outras coisas, que não nos assumamos como heterossexuais, bissexuais, transexuais... Mas também (pelo menos até agora) como *diferentes*, o que pressupõe, desde logo, a presença da dominação. Trata-se, então, de uma reificação da fronteira histórica e culturalmente criada e, nesse sentido, essa "assunção" surge como um limite ao exercício livre da sexualidade. Mas não nos assumirmos como homossexuais implica conformarmo-nos ao espaço marginal que a assunção heterossexual nos reserva. Apesar de tudo, a ideia de que as fronteiras se movem pode, talvez, abrir um espaço para um futuro onde as práticas sexuais que escolhemos em cada momento das nossas vidas não mais sejam tidas (e, sobretudo, vividas) como elemento estigmatizante.

Formas e temporalidades Identitárias

Também a experiência do tempo é submetida a processos de classificação e de estigmatização similares àqueles que regulam a experiência do corpo e da sexualidade, em geral. No conjunto, estas experiências encontram-se presentes nas vivências do mundo da vida e sobre elas recaem olhares disciplinantes do(s) outro(s).

Em traços gerais, a identidade é, assim, entendida como um construto temporal em que o tempo se assume como um espaço sincrónico de realização da *praxis* quotidiana do *Ser* e como espaço diacrónico da realização da potência futura, do *Vir-a-Ser*. Porém, seja no plano quotidiano, seja no registo biográfico, a duração, a sequência e a definição do momento (oportuno) para a acção não se dão no vácuo social, nem obedecem a tomadas de decisão intrinsecamente individuais.

O acontecimento da acção desenvolve-se no seio de normas e de valores característicos dos grupos, das colectividades e das sociedades que, por sua vez, dependem largamente do tipo de relação entre economia e política e entre sociedade civil e Estado. Deste ângulo de análise, as tomadas de decisão sobre o que fazer e quando o fazer são também elas parte integrante de um enredo social que determina centros (normas) e margens (desvios).

Numa altura em que a estrutura temporal mega-social é de tipo difuso, regida pela instabilidade, faz todo o sentido questionar de que modo e em que medida aquelas normas e valores estão activos e são estruturantes das "opções" dos indivíduos e dos grupos; e em que medida e até que ponto outras "normalidades" se erguem dentro ou fora dos referidos valores e normas. Em sequência, é pertinente discutir a emergência de regras alternativas de orientação temporal diária e biográfica que estão a determinar, por processos subliminares, na própria "forma" das sociedades e no seu devir histórico.

Este segundo seminário tomou como ponto de partida, justamente, a relação entre tempo e identidade, tendo sido questionado o conceito de temporalidade e a forma como este, implicando o sentido da continuidade e o de risco permanente de descon-tinuidade, adquire formas particulares nas sociedades actuais.

A complexidade da experiência temporal exprime-se pelo cruzamento de três tipos de tempo: *i*) o tempo da subjectividade e da sua própria inscrição nos processos de crescimento e de declínio do corpo; *ii*) o tempo biográfico, que denuncia os significados atribuídos pelos indivíduos ao seu passado e futuro; *iii*) o tempo histórico que, constituindo-se como os sentidos de direcção e imaginários de uma sociedade, são interpretados e reconstruídos continuamente pelo próprio indivíduo na sua experiência quotidiana.

Com base numa investigação realizada junto de um grupo de mulheres, Leccardi centra-se na questão do entrelaçamento de tempos para mostrar que a experiência temporal dos indivíduos e, portanto, a construção da sua própria identidade, está cada vez mais dependente da capacidade destes aprenderem a lidar com a incerteza e com a descontinuidade que caracterizam grande parte dos subsistemas das sociedades. A sua linha de pensamento apoia-se num vasto leque de autores que integra a designada modernidade tardia, como sejam, entre outros, Giddens (1997, 1992) e Beck (1992).

Utilizando um modelo largamente discutido no âmbito da sociologia contemporânea, Leccardi argumenta que os indivíduos, em especial os jovens, são confrontados com o desafio de aceitarem a incerteza e de a usarem como efectivo recurso para a acção, isto é, para adquirirem um certo tipo de estabilidade (instável) identitária que forneça um sentido de temporalidade biográfica plausível. Das várias temáticas que esta tese abrange, nomeadamente as da juventude, do trabalho e da transição para a vida adulta, destaca-se a da influência do tempo histórico que, nas sociedades actuais, se caracteriza pelo desvanecimento progressivo do(s) passado(s) e do(s) futuro(s). Essa influência traduz-se, assim, na contracção da extensão do horizonte temporal pelo qual passa a vingar o "futuro encurtado" que corresponde à conceptualização do "presente extenso" de Nowotny (1996). Se esta tendência parece atravessar as sociedades no seu todo, marcadas pelo risco, pela insegurança e pelo medo, Leccardi redirecciona-a sobretudo para os jovens e para as mulheres.

Na sequência de trabalhos anteriores, a autora (Leccardi, 1996a, 1996b) argumenta que, apesar dos processos de (re)socialização dos indivíduos para o confronto com a incerteza

serem cada vez mais andróginos, continuam a existir efeitos estruturantes da variável género na constituição da experiência temporal. A importância das categorias, que desde o início argumentámos, volta a emergir com especial veemência no que concerne aos usos do tempo no plano curto (dia-a-dia) e no plano longo (biográfico). Neste sentido, no caso das mulheres jovens, para além da descontinuidade percebida sobre o mundo que as rodeia e sobre o mundo futuro, deve pressupor-se a já inerente familiarização com a incerteza e com a contingência que dominam as suas expectativas mais cativas das temporalidades biológicas e dos (correlativos) controlos sociais. Serve este raciocínio para explicitar como o surgimento de uma temporalidade feminina, que se caracteriza pela interiorização da descontinuidade entre trabalho e família e, muito especialmente, pela recusa e resistência à maternidade, fica enredada, ainda que no mundo interior, pelas expectativas dos outros que esperam a articulação dos papéis funcionais socialmente atribuídos.

Longe de uma perspectiva radical, Leccardi apresenta uma visão optimista e, até certo ponto, integrada, sobre a própria capacidade de as mulheres jovens gerirem e se adaptarem à descontinuidade envolvente através de estratégias activas que previnam interrupções forçadas dos seus futuros. Tal horizonte temporal concebe-se como um plano, cuja característica essencial é justamente o de prescindir a planificação, pelo menos, ao nível de expectativas sólidas sobre a sua concretização.

A temporalidade supõe um processo lento, mas dinâmico, de inscrição no tempo pelo qual as próprias estruturas se modificam e, até certo ponto, confere o sentido de duração aos indivíduos e às instituições. Como se adiantou a propósito da comunicação de Leccardi, este conceito é fundamental na dinâmica identitária que, nas sociedades ocidentais, continua a estruturar a montagem de uma biografia que incorpora a ponderação da importância da vida profissional. Da mesma forma que qualquer outro aspecto da nossa vida, também os usos e as representações do tempo biográfico e quotidiano obedecem a princípios classificativos e normativos.

A intervenção de Marques situa-se na mesma linha da argumentação até então desenvolvida, demarcando a especificidade da transição para a vida adulta, em particular para o mundo do

trabalho de um grupo de jovens recém-licenciados em engenharia. No centro da discussão volta a estar a experiência da temporalidade em contextos de modernidade tardia em que sobressaem as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos para se ajustarem à crescente precariedade do mercado de trabalho que se faz acompanhar de uma crescente erosão dos títulos de classificação dos respectivos certificados escolares. A autora, assinalando as vantagens da metodologia de investigação de tipo longitudinal na apreensão das durações das transições, dá conta da complexidade que o projecto de definição da identidade, como experiência de permanente reconstrução, envolve.

Como se sabe, em quase todas as situações de validação, mobilidade e reconhecimento social de qualificações ou de perfis de empregabilidade coloca-se a questão da identidade porque as categorias a partir das quais os indivíduos se auto-definem ou as categorias que os outros utilizam para os definirem se tornaram ilegítimas ou impossíveis de manter. Tal assume particular relevância numa conjuntura de crescente crise das categorias oficiais disponíveis perante as dificuldades de inserção, a menor correspondência do conteúdo das funções com o diploma, assim como a relativização e pulverização de designações dos títulos académicos.

Dos vários conceitos desenvolvidos pela autora, interessa destacar o de projecto na medida em que este revelará até que ponto é, ou não, possível argumentar em favor da sua erosão e do seu poder enformativo de expectativas e de futuros, ou em favor da sua capacidade ainda estruturadora da experiência do mundo da vida. É deste modo que as experiências da transição para o mercado de trabalho mostram a natureza das estratégias desenvolvidas pelos indivíduos, assim como a valência dos capitais que dominam, entre os quais surge destacado o capital relacional, assim como o potencial da empregabilidade do diploma.

Suportada no quadro teórico de Dubar (1991), nomeadamente no que concerne às potencialidades operatórias da noção de "formas identitárias", Marques dá-nos conta justamente das transformações observadas nos modos de transição para a vida adulta. Estes apresentam-se como um espaço-tempo que tem vindo a registar profundas transformações nos modelos de socialização e nas formas de identificação prevalecentes até então.

Convém referir a importância do cruzamento destes modos de transição com a variável género, na medida em que permitiu à autora identificar “lógicas de construção” diferenciados de percursos de inserção.

Do ponto de vista empírico, a tese corrobora os resultados mais conhecidos nas áreas do género, do lazer e dos usos e representações do tempo e do espaço, ao evidenciar algumas das diferenciações estruturais entre jovens do sexo masculino e os de sexo feminino quanto aos modelos de representação e de acção da vida profissional e dos lugares por ela ocupados em termos de experiência biográfica. Com base em documentos “subjectivos”, que se traduzem em narrativas biográficas de 12 jovens engenheiros de ambos os sexos, foi-lhe possível definir três modos significativos de inscrição identitária nesse período específico da vida.

Um deles é designado de modelo de “moratória” ao enfatizar, sobretudo, a dimensão secundária atribuída à vida profissional por parte das jovens do sexo feminino. Desde a menor capacidade de projecção de um futuro profissional à vivência de situações de precariedade e de desemprego, os testemunhos recolhidos pela autora são sugestivos do argumento da validação mútua, avançado por Bourdieu (1998a), a propósito da alegada passividade e reprodução da ordem patriarcal dominante. Em contraposição a esta modalidade de inscrição identitária, a concretização dos projectos e de um percurso profissional previamente concebido por parte dos seus colegas do sexo masculino torna aquela (di)visão ainda mais visível. Argumentando sobre a eficácia de uma socialização antecipatória do projecto profissional, da incorporação de dispositivos simbólico-culturais em torno do lugar/posição a assumir no sistema de relações sociais diferenciados, a autora estrutura o sentido dominante nas biografias de dois jovens entrevistados do sexo masculino.

Por fim, ao estado híbrido de transformação das normas e dos referentes identitários, a autora apresenta o modelo de “experimentação” como aquele que integra elementos de criatividade e de incerteza na projecção dos futuros prováveis. Perante os constrangimentos sócio-económicos que, paradoxalmente, pautam os percursos deste segmento juvenil específico, a capacidade de os transformar em recursos e práticas ofensivas através da experi-

mentação de situações e projectos estrutura o sentido da maior parte das biografias registadas de ambos os sexos.

Ana Maria Brandão
Ana Paula Marques
Emília Rodrigues Araújo

Bibliografia citada:

- BAUDRILLARD, Jean (1991) — *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70
- BECK, U. (1992) — *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1989) — *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. N.Y.: Anchor Books
- BERGER, Peter (1986) — *Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes
- BOURDIEU, Pierre (1998a) — *La domination masculine*. s.l.: Seuil
- _____ (1998b) — *O Que Falar Quer Dizer*. Algés: Difel
- _____ (1989) — *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel
- _____ (1980) — L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de region. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.º 35, 63-72
- BURKITT, Ian (1991) — Social selves: Theories of the social formation of personality. *Current Sociology*. vol. 39. n.º 3, pp. 1-117
- CASTELLS, Manuel (1998) — *The Information Age: Economy, society and culture* (vol. II - *The Power of Identity*). Cornwall: Blackwell Publishers. pp. 134-242
- DOUGLAS, Mary (1994) — *Purity and Danger: An analysis of the concepts of pollution and taboo*. London: Routledge
- DUBAR, C. (1991) — *La Socialisation. Constructions des Identités Sociales et Professionnelles*. Paris: Armand Colin

- DURKHEIM, Emile (1984a) — *A Divisão do Trabalho Social*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença
- _____ (1984a) — *A Divisão do Trabalho Social*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença
- FOUCAULT, Michel (1994a) — *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Lisboa: Relógio d'Água
- _____ (1994b) — *História da Sexualidade: O uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água
- _____ (1994c) — *História da Sexualidade: O cuidado de si*. Lisboa: Relógio d'Água
- GIDDENS, Anthony (1997) — *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta
- _____ (1992) — *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta
- _____ (1984) — *The Constitution of Society. Outline of the theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press
- GOFFMAN, Erving (1989) — *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*. Petrópolis: Vozes
- _____ (1974) — *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*. N.Y.: Harper & Row
- LECCARDI, C. (1996a) — *Futuro breve (Short Future)*. Torino: Rosenberg & Sellier
- _____ (1996b) — Rethinking Social Time: Feminist perspectives. *Time & Society*. vol. 5 (2), pp. 169-186
- NOWOTNY, Helga (1996) — *Time: the modern and post-modern experience*. Cambridge: Polity Press
- SEIDMAN, Steve (ed.) (1996) — *Queer Theory/ Sociology*. Cornwall: Blackwell
- STRAUSS, Anselm L. (2002) — *Mirrors and Masks: The search for identity*. New Brunswick: Transaction Publishers